

PROJETO DE LEI Nº 2720.09, DE 25 DE MAIO DE 2022.

ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL

Autoriza o Poder Executivo a contratar emergencialmente e em caráter temporário, profissional habilitado para atender necessidades imediatas nos serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar emergencialmente e em caráter temporário, profissional devidamente habilitado para atender necessidades imediatas nos serviços da Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme a seguir disposto.

- a) **Função de Assistente Social**, 01 contrato, com carga horária semanal de 20h;

Art. 2º - O período de duração do Contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogados por igual período, atendendo às necessidades do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS.

Art. 3º - A contratação autorizada será de natureza administrativa, ficando assegurado ao Contratado, os seguintes direitos:

- I - Remuneração equivalente ao padrão "11", conforme disposto no Quadro Permanente de Cargos do Município, artigo 8º da Lei nº 1020.04, de 05/06/2001, proporcional à carga horária estabelecida no Artigo 1º (20 horas);
- II - Gratificação natalina proporcional ao período do contrato;
- III - Férias proporcionais ao período de contrato, acrescidas de 1/3 (um terço);
- V - Repouso semanal remunerado;
- VI - Inscrição no Sistema Geral de Previdência Social;

Art. 4º - As despesas resultantes desta Lei, correrão a conta do seguinte recurso financeiro:

07 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA:

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

08.244.0011.2046 - MANUTENÇÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
3.3.1.9.0.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil(701);
3.3.1.9.0.13.00 - Obrigações Patronais(702);

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,
Em 25 de maio de 2022.

PAULO GILBERTO SCHMITT
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretária de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2711.09/2022.
Ao Projeto de Lei Nº 2720.09/2022.

Senhor Presidente e
Senhores Vereadores:

A autorização solicitada visa contratação de Assistente Social para atuar no Centro de Referência de Assistência Social/CRAS, sendo um contrato de 20 horas semanais.

Justificamos a necessidade da Contratação desse profissional, tendo em vista a formação de equipe técnica decretada na Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, com as atribuições de realizar a acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS. Ainda para o planejamento e implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (**PAIF**), de acordo com as características do território de abrangência do CRAS, realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território, apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos, dentre outras.

No Município o CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social. Esses serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo das atividades do PAIF, que deve ser ofertado exclusivamente pelo CRAS.

Salientamos que o Município conta com espaço físico adequado, porém, somente dispomos de servidora efetiva, com formação em Serviço Social, junto à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, sendo que o CRAS ainda não dispõe de profissional com essa habilitação, o que buscamos pelo presente Projeto de Lei.

Assim sendo e evidenciada a necessidade de disponibilizar um profissional com formação específica no CRAS, vimos pelo presente solicitar análise do pedido em pauta, considerando ser essa a forma recomendada e adequada para a contratação imediata de servidores. Porém, para a realização dos contratos emergenciais, necessitamos da aprovação da Câmara de Vereadores, a fim de revestir o ato de toda a legalidade necessária, seguida de processo seletivo junto ao Departamento de Recursos Humanos.

Expostas as razões justificadoras, bem como atestado o interesse público embaixador do feito, pedimos a Vossas Senhorias que apoiem essa iniciativa aprovando o projeto e assim assegurando a disponibilização desses serviços em nossa unidade assistencial.

Atenciosamente

PAULO GILBERTO SCHMITT
Prefeito Municipal